



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 179 / JANEIRO-FEVEREIRO 2017 / WWW.STML.PT



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 6 **Luta por piquetes ao domingo**
- 7 **Defender as Escolas de Formação da CML**
- 12 **40º Aniversário do STML**
- 13 **Campanha da Precariedade em Lisboa**
- 17 **Orçamento do Estado**
- 19 **Venda do património municipal**



EDITORIAL

Começamos o ano com uma única certeza, a que implica e obriga a um maior envolvimento e participação dos trabalhadores nos processos de luta que lhes dizem respeito, se de facto queremos e procuramos respostas consequentes aos nossos problemas que passem impreterivelmente pela defesa dos nossos direitos e interesses.

Das matérias salariais, do descongelamento das carreiras, da revogação do SIADAP, da identificação das carreiras de desgaste rápido à atualização de complementos remuneratórios, muitas são as matérias que até agora não tiveram resposta por parte do Governo PS. Cabe a todos criar condições para que esse caminho seja de facto assumido por quem fez de muitos destes assuntos bandeiras eleitorais, proporcionando, referiam então, respostas favoráveis às múltiplas expectativas dos trabalhadores da administração pública.

No plano nacional, estão já a ser preparadas pela CGTP-IN “semanas de luta” onde estas reivindicações, entre outras, estão presentes como elementos de mobilização prioritárias. Março será mês de luta, abril e maio não ficarão atrás.

Na Câmara Municipal de Lisboa muitos são também os problemas por resolver, que não dependem, como alguns gostam de afirmar, das decisões provenientes da Assembleia da República e do Governo em particular. Referimo-nos às mobilidades, a condições de trabalho dignas, integrando também aqui a aquisição dos meios materiais, técnicos e mecânicos necessários. Falamos ainda da abertura de concursos para admissão de pessoal que devem dar resposta às carências verificadas em inúmeros serviços municipais, quer no plano dos setores operacionais, aos técnicos e administrativos, mas também no universo dos técnicos superiores.

Não podemos deixar de criticar a prática instalada na CML de uma política que desvaloriza trabalhadores e os próprios serviços que devem responder, quantitativa e qualitativamente às necessidades da população e cidade de Lisboa. Especificamente as sucessivas decisões políticas de mudança de instalações que demasiadas vezes se procuram concretizar à margem de trabalhadores e Sindicato. Decisões que denotam uma ausência confrangedora de planeamento ou estratégia séria e responsável que antecipe os mais do que previsíveis problemas e estrangimentos implícitos a este tipo de processos. É lamentável que apenas nos últimos 18 meses se tenham verificado uma quantidade substancial deste tipo de situações, sem precedentes na história mais recente da autarquia.

Mas quando os trabalhadores, com o seu Sindicato, se organizam, o cenário muda inevitavelmente. Daí valorizar a unidade e determinação dos trabalhadores do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC) ou da DMHU que, assumindo formas distintas de protesto e luta, conseguiram inverter más decisões políticas, obrigando o Executivo Municipal a arrear caminho nas suas intenções.

Na realidade que concerne às Juntas de Freguesia, continuamos a construir e/ou acompanhar (em função da Junta que se referencie) os respetivos Cadernos Reivindicativos, objetivando por este caminho alicerçar condições para resolver os inúmeros e complexos problemas que persistem em muitos locais de trabalho. Da proximidade e do universo próprio de cada freguesia, a resolução dos problemas dependerá sempre da unidade e confiança dos trabalhadores no seu Sindicato, processo do qual não podem estar alheados, porque, como muitas vezes afirmamos, “o Sindicato somos todos nós!”.

Nas Empresas Municipais, entramos aparentemente no que poderá ser a fase final do processo negocial com a GEBALIS tendo em vista a celebração do tão almejado Acordo de Empresa (AE). Na EGEAC, existindo já um AE, o processo reivindicativo poderá vir a assumir outras formas, resultado, por um lado, da sistemática desvalorização do CA face aos interesses e expectativas dos seus trabalhadores, por outro, considerando e tendo como referência as últimas alterações legislativas, incluindo as decorrentes da Lei do Orçamento do Estado para este ano.

Por último, 2017 será o ano do 40º aniversário do STML! Sempre com a força, confiança e a luta de quem trabalha, este é um Sindicato cuja legitimidade e razão de ser residem nos trabalhadores que representa, independentemente da realidade e estatuto profissional onde se inserem. Assim continuaremos, esperemos por mais quarenta anos!

o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 179 / JANEIRO-FEVEREIRO 2017



WWW.STML.PT

Diretor Vítor Reis **Corpo Redatorial** Luís Dias, Nuno Almeida, Tiago Lopes, José Malhadas, Henrique Bastos

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redação

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/5/8

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

Este boletim está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

TURISMO

Campiférias

Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

TELECOMUNICAÇÕES

NOS

Vodafone

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project



De uma luta conseguida, à necessidade de não baixar os braços no SMPC

A 15 de dezembro, sem aviso prévio, os trabalhadores do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC) foram informados que teriam que abandonar as suas instalações, localizadas na Praça de Espanha, no mais curto espaço de tempo. Os respetivos serviços e áreas de trabalho seriam, nesta fase, distribuídos por vários equipamentos municipais da cidade, contrariando nesta opção política a operacionalidade que até aí fora sempre exemplar e que agora poderia ser colocada em causa.

Da reunião informal a 19 de dezembro entre trabalhadores e STML, à entrega de um abaixo-assinado nos Paços do Concelho a 21 do mesmo mês, foi no espaço de poucos dias que a CML arrepiou caminho face aos planos que inicialmente tinha equacionado à margem de todos os principais interessados, cuja experiência e conhecimento técnico específico, pareciam ter sido totalmente desvalorizados.

Como o STML afirmou e tem vindo a reafirmar, é lamentável que sabendo a CML há mais de um ano da necessidade em instalar na Praça de Espanha os cerca de 150 Polícias Municipais que irão integrar os 'quadros' da autarquia, não tenha planeado com a devida antecedência e responsabilidade o processo de transferência que se tentou impor abruptamente e, mais grave ainda, sem acautelar o bom funcionamento e operacionalização de serviços cuja sensibilidade é, por todos ou quase todos, reconhecida.

Conseguiu-se, apesar das irresponsabilidades recorrentes assumidas pela CML, fruto de uma posição firme e determinada de trabalhadores e Sindicato, adiar o processo de transferência para Janeiro, comprometendo-se o Executivo a manter toda a SMPC num mesmo espaço físico (excetuando o programa "Crescer na Segurança - Casa do Tinoni"), além de envolver trabalhadores e seus representantes na avaliação das condições de trabalho das futuras instalações, que vieram a ser decididas pela realocação no Monsanto. A CML comprometeu-se também a respeitar todas as questões sobre saúde e segurança no trabalho.

A 9 de Janeiro, trabalhadores e STML, em reuniões separadas, realizadas nas instalações da SMPC na Praça de Espanha, foram informados que a visita às novas instalações da SMPC, no Monsanto, concretizar-se-ia o mais tardar até 13 de Janeiro, e que de facto aconteceu nessa data através de uma delegação conjunta envolvendo trabalhadores, RdT's, STML, Vereação e chefias várias da autarquia.

Contudo, da avaliação efetuada, constatou-se a existência de um conjunto de problemas, muitos deles já avançados antecipadamente pelos próprios trabalhadores que, objetivamente, colocavam em causa o compromisso assumido pelo Executivo, através do Vereador João Paulo Saraiva, sobre condições de trabalho dignas, decorrendo daí sérias dúvidas sobre o próprio processo de mudança nos prazos inicialmente equacionados. O STML afirmou nessa altura que os trabalhadores só devem ser transferidos quando o local de trabalho do Monsanto reunir as condições que a lei determina em assuntos de saúde e segurança no trabalho. Mantemos obviamente esta posição em todos os contextos onde se verifiquem situações análogas.

A 'confusão' que se instalou no SMPC, como em outros processos de mudança de serviços que verificámos nos últimos meses, parece querer ser institucionalizada como uma prática corrente. Ausência de planeamento e estratégia em antecipar respostas e soluções a problemas criados pela própria CML, principalmente a nível da segurança e saúde no trabalho, mas também no plano da eficácia operacional dos serviços públicos que devem ser prestados.

O que exigimos são condições de trabalho dignas, que de facto contribuam para um serviço público de excelência, qualidade e eficiência que, no caso da SMPC, acresce tratar-se de uma área de extrema sensibilidade para a segurança da cidade e dos municípios de Lisboa.



Para quando a normalidade hierárquica no RSB?...

As ingerências do poder político ou a inaptidão para os cargos dos atuais responsáveis pelas áreas política e operacional, está a transformar uma “Grande Casa”, que foi referência nacional, apenas numa casa grande, onde os sinais de anarquia começam a ser visíveis exteriormente.

A ausência de comandamento é um dos principais problemas e pode verificar-se de várias formas: quando efetivamente não existe, porque não houve nomeação para o cargo ou, quando existindo, delegando funções não assumindo o controlo total de todas as situações.

Se recuarmos no tempo cerca de 20 anos, à época em que o quadro do Regimento estava completo com um efetivo que ultrapassava os mil bombeiros, o Comando era composto apenas por 3 pessoas: um 1º comandante, um 2º comandante e um adjunto técnico, oriundos da carreira militar com formação na área da engenharia civil. A estrutura de Comando, à época, não necessitava de mais elementos, uma vez que os quadros de chefes estavam completos e com elementos perfeitamente capacitados para desempenharem as respetivas funções e, em simultâneo, coadjuvar o Comando sempre que necessário e não poucas vezes informa-lo das decisões mais corretas, tendo sempre como prioridade o socorro.

Numa altura em que existe um vazio hierárquico provocado, em parte pela passagem à aposentação e pela ausência de concursos de promoção, atenuado apenas pela mobilidade intercategorias, que ainda assim o Comando do RSB tornou complicado o que era muito simples originando dessa forma atropelos hierárquicos e funcionais.

Numa altura em que existe um défice gritante de efetivos, que obrigou à implementação de uma reorganização operacional, que comprovadamente pôs em causa, o socorro na cidade,

que, por sua vez, originou que a 8ª Comissão Permanente para a Segurança e Mobilidade (AML), fizesse recomendações ao Executivo Camarário no sentido de adotar um conjunto de medidas, por um lado melhorando as condições de trabalho dos bombeiros, por outro, permitindo um socorro aos munícipes mais consentâneo com as necessidades de uma cidade como Lisboa.

Torna-se difícil entender o incremento de elementos à estrutura de apoio ao Comando e a outros serviços, quando o efetivo do RSB para o socorro é o mais baixo de sempre, existindo um défice de cerca de 400 bombeiros em toda a estrutura, assim como não se compreende a existência de desfazamentos nos vários postos da hierarquia.

É necessário e urgente que se reponha alguma normalidade numa instituição com uma organização hierárquica, mas que está hierarquicamente desorganizada. Está-se a desvirtuar o conceito de estrutura piramidal, ao permitir que na base da estrutura existam menos elementos, sem qualquer graduação, do que na restante estrutura de graduados. Será caso para dizer que existem mais “generais que soldados”.

A expectativa de reposição da normalidade passava, em parte, pelos concursos de promoção que deveriam ser possíveis em 2017, não fosse o logro, na Assembleia da República, por parte do grupo parlamentar do Partido Socialista. Resta a esperança, através da consolidação da mobilidade prevista no OE de 2017, esperando nesse sentido que o Sr. Comandante assuma de uma vez por todas e de forma inequívoca o Comando do Regimento, repondo a normalidade perdida e até agora não reposta face às necessidades do Regimento e dos Bombeiros que o corporizam, que se interrelacionam intrinsecamente com as necessidades da população e cidade de Lisboa.



Comissão da Limpeza Urbana (CLU)

Passado o período das festas natalícias e no arranque de mais um ano, o caminho assumido será o de continuar a trabalhar para a resolução dos inúmeros problemas que persistem e se agravam em alguns casos, quer nas Juntas de Freguesia, quer na CML.

No que às Freguesias diz respeito, mantêm-se o já “velho” problema do acesso à Medicina do Trabalho. Vários Executivos afirmam que o problema é da responsabilidade da CML e esta última aponta uma resposta no sentido oposto. O que sabemos contudo, é que são os trabalhadores os principais prejudicados por este ‘jogo do empurra’.

Outro problema já várias vezes denunciado, é a banalização da contratação de trabalhadores com vínculos precários, nomeadamente a recibos verdes. Em algumas Juntas de Freguesia e só após a intervenção do nosso Sindicato, já se conseguiu, ainda que timidamente inverter esta tendência, observando-se a abertura de concursos públicos para celebração de um contrato estável por tempo indeterminado (CTFP). Não baixaremos todavia os braços enquanto todas as situações estejam devidamente solucionadas. A um posto de trabalho efetivo deve corresponder inevitavelmente um contrato de trabalho efetivo!

Descriminamos alguns dos problemas que se vivem nas Juntas, nomeadamente da:

Misericórdia

- Falta de stock de fardamento o que leva que alguns trabalhadores desempenhem as tarefas com a sua própria roupa;
- Ambiguidades e imposições a nível dos horários de trabalho, quer do período noturno e diurno, principalmente aos fins-de-semana. Uma situação que compromete o merecido descanso dos trabalhadores.

Belém

- Os trabalhadores acidentados continuam sem receber o pagamento relativo à média do trabalho extraordinário realizado antes do episódio incapacitante.

Santa Maria Maior

- Observa-se que os balneários têm um ineficiente escoamento das águas dos banhos, fazendo aumentar o seu nível (chegando inclusive ao tornozelo dos trabalhadores). Situação pouco higiénica e totalmente reprovável.

Avenidas Novas

- A empresa a quem foi concessionada parte da varredura da freguesia (EGEO) foi substituída por outra (SUMA), desconhecendo o atual caderno de encargos e as razões que justificaram esta decisão.

Em relação à realidade na Câmara Municipal de Lisboa, os trabalhadores continuam a ser massacrados com as sistemáticas avarias dos veículos de remoção. Problemas que não nos cansamos de alertar, mas que até agora, tem tido uma resposta inaceitável por parte dos responsáveis municipais porque, no essencial, não resolve os problemas de todos conhecidos. As viaturas até agora adquiridas, são insuficientes e muitas vezes não são as mais adequadas face à natureza do serviço a realizar.

Não deixamos de valorizar contudo, a aquisição de várias viaturas para o serviço de apoio às zonas, mas também não esquecemos que só após muita persistência do STML, tal foi possível. Provado está, uma vez mais, que baixar os braços não é nem nunca foi solução.

A entrada de pessoal, com referência específica para o concurso de cantoneiros de limpeza, prestes a concluir com a respetiva tomada de posse, é também o resultado da luta que durante dois anos e meio desenvolvemos. Valorizamos e não esquecemos!

Por último, não podemos deixar de criticar o assédio diário a alguns trabalhadores que se vive em muitos locais de trabalho por iniciativa exclusiva de chefias locais prepotentes que nos obrigam, CLU e STML, a uma vigilância redobrada e uma intervenção mais cuidada e consequente, dentro do que a Lei garante em termos de direitos, liberdades e garantias.

A luta irá continuar! É este o principal compromisso da CLU para 2017!



Da luta por condições de trabalho no serviço de remoção aos domingos

Desde há anos, que tanto a falta de encarregados como de piquetes de assistência aos domingos na garagem de remoção, nos Olivais 3, era motivo de constrangimento para os trabalhadores da Limpeza Urbana, principalmente os condutores, que têm que trabalhar neste dia da semana, geralmente de descanso obrigatório para a imensa maioria dos trabalhadores.

A evolução do nível de prestação do serviço da Limpeza Urbana em Lisboa levou a que todos os dias da semana estejam em circulação viaturas de remoção e de apoio à limpeza. Este aumento da atividade, não foi devidamente acompanhado pelos serviços de retaguarda necessários ao respetivo apoio em situações de avaria ou acidente.

Cansados de denunciar a falta de condições para desenvolverem o seu trabalho e de esperarem horas na via pública quando sucediam avarias, os trabalhadores da garagem de remoção do período diurno, reunidos em plenário com o seu sindicato, o STML, disseram “Basta!”, decidindo colocar um pré-aviso de greve ao trabalho extraordinário prestado aos domingos a partir de 18 de dezembro.

O anúncio deste pré-aviso de greve obrigou quase imediatamente a CML a agendar uma reunião de emergência. Assim, através do seu Vice-presidente, responsável pelo Pelouro da Higiene Urbana e do Vereador dos Recursos Humanos e Finanças, sentaram-se à mesa com a Direção do STML no dia 7 de dezembro. Reconhecendo a justeza das reivindicações apresentadas, assumiram vários compromissos que inclusive ficaram registados em ata.

Assim,

- A DMHU passou a assegurar a existência de um encarregado operacional na Garagem de Remoção de Olivais 3 (NOR) nos dias de domingo entre as 00h00 e as 05h00 de segunda-feira;

- Também afirmado, uma equipa de piquete constituída por dois trabalhadores – um condutor (CMPVE) e um assistente operacional da oficina, preferencialmente com a formação de mecânico.
- Ainda adotado, a existência de uma equipa de piquete entre 05h00 e as 07h00 de segunda a sábado, constituída por dois trabalhadores, assistentes operacionais afectos à oficina, matéria também reivindicada por estes trabalhadores.

A razão principal para a não existência, até aqui, destes piquetes é, como todos sabemos, a falta de pessoal nas oficinas. Este défice, há muito identificado e denunciado pelo STML, tem causado diariamente graves problemas no funcionamento das oficinas de manutenção mecânica do DRMM.

Por este motivo, foi também assumido pela CML o compromisso de anunciar durante o mês de Janeiro, a abertura de procedimentos concursais para a área operacional do DRMM (sobre tudo para colmatar a carência de mecânicos e electricistas).

Face a estes compromissos e à verificação da sua aplicação efetiva, o STML considerou que se justificava suspender os efeitos do aviso-prévio de greve. Conscientes de que este é um processo que, como tantos outros, é necessário continuar a acompanhar no sentido de garantir realmente a manutenção e desenvolvimento dos compromissos acordados formalmente com a CML.

Os trabalhadores da garagem de remoção deram mais uma vez prova da sua determinação na defesa dos seus direitos e do serviço público municipal que prestam à população de Lisboa, contribuindo decisivamente para a melhoria da sua qualidade. Lutar vale a pena, como uma vez mais foi demonstrado inequivocamente.



Essencial defender as Escolas de Formação da CML

Na Câmara Municipal existem duas escolas de formação, nomeadamente a de Calceteiros e de Jardinagem. Ambas reconhecidas pelas entidades oficiais como escolas de excelência e ambas completando três décadas de existência (aniversários em novembro de 2016).

Contudo, parece que a sua valorização serve apenas para fins externos, isto é, em vez de formar trabalhadores que depois venham a desempenhar funções, ora de jardineiro ora de calceteiro, parecem mais um instrumento para sensibilização e aproveitamento político do que a CML tem e até celebra, mas que não necessariamente faz nem enaltece através de medidas concretas.

O número de jardineiros, como há muito temos vindo a referir, tem diminuído drasticamente nos últimos anos. Em relação aos calceteiros, a realidade é ainda mais confrangedora. Não depreciamos contudo, a Recomendação do Partido Ecologista “Os Verdes”, aprovada por unanimidade (!) na Assembleia Municipal de Lisboa (AML), engratecendo e incentivando a implementação de uma outra política de gestão por parte do atual Executivo camarário liderado por Fernando Medina para estas duas escolas. Mas a prática continua a ser madrasta ou no mínimo contraditória e extremamente ambígua.

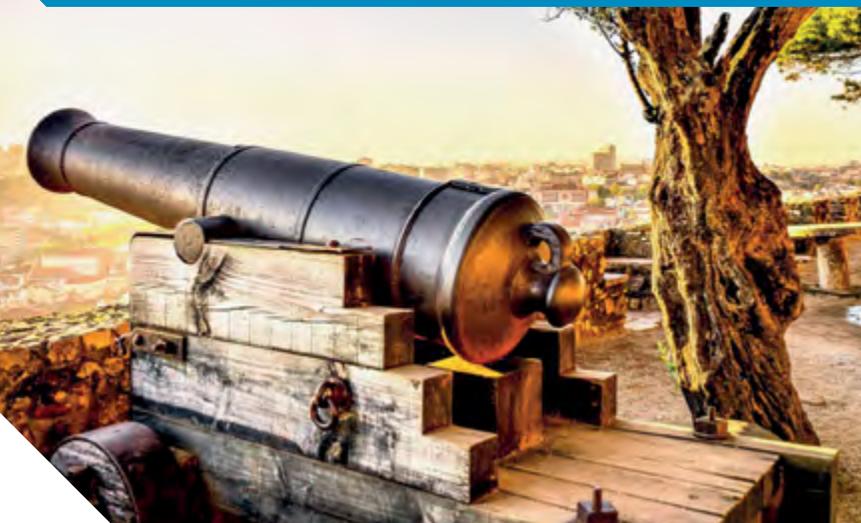
Um exemplo: o PS na AML recomenda ao PS na CML que valorize as supracitadas escolas de formação, permitindo e implementando medidas que de facto reforcem o quadro de pessoal de jardineiros e calceteiros, mas as respostas até agora conhecidas apontam um caminho de muita retórica, mas pouca ou nenhuma ação palpável. Obviamente falamos de um mesmo Partido, o PS, e não de dois, com duas visões diferentes sobre um mesmo assunto. Obviamente falamos de demagogia quando se aprova uma Recomendação que valoriza em teoria e, na opção e decisão política que deveria ser assumida em

consonância, isto é, na prática, se desvaloriza prevalecendo o eternizar da estratégia da ‘não decisão’.

Aparentemente, o Executivo de Fernando Medina prefere ignorar a necessidade urgente de contratar e formar novos jardineiros e calceteiros que contribuam para a melhoria da cidade nas suas respetivas áreas de intervenção. Uma política que contraria assim o tão apregoadado “amor por Lisboa” que o Sr. Presidente da CML tantas vezes tem repisado publicamente nestes últimos meses, face às recorrentes e perturbantes obras, inaugurações e espetáculos a acompanhar que, à primeira vista, não estão nem foram limitadas por qualquer constrangimento financeiro, muito pelo contrário. Quem sabe se as referidas declarações não serão mais fruto do momento do que outra coisa qualquer, talvez mais motivadas por uma vontade interessada nas eleições autárquicas que se preveem para setembro ou outubro deste ano. Quem sabe?

O que de facto se sabe é que as ‘nossas’ Escolas de Formação têm sido sucessivamente ignoradas. O que de facto se sabe é que existem cada vez menos jardineiros e calceteiros. O que de facto se sabe é que se generalizou como prática institucionalizada a concessão e empreitadas a empresas privadas das intervenções que podem e devem ser realizadas pela CML.

O que se exige assim é o reforço e a valorização real dos recursos públicos, contratando o pessoal necessário e investindo na aquisição dos meios técnicos e mecânicos indispensáveis à gestão e manutenção dos jardins e espaço público da cidade de Lisboa, competência que, como todos sabemos, é da Câmara Municipal, havendo, claro está, vontade política nesse sentido.



Cumprir e fazer cumprir o Acordo de Empresa (AE) da EGEAC

Há mais de um ano que esperamos a resolução de muitas das questões que continuam a preocupar e constranger os trabalhadores da EGEAC, independentemente do seu local de trabalho efetivo, constatação à qual deve acrescer as recentes variações legislativas.

Neste momento, considerando as alterações decorrentes da Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2017, conjugado com a revogação do nº 4 do Art.º 18 do Decreto-Lei 133/13, foram eliminados alguns dos impedimentos que se sobrepunham à Contratação Coletiva (AE na EGEAC), envolvendo a discussão de matérias de natureza retributiva e pecuniária, trabalho suplementar e subsídios de refeição...

Interessa ainda esclarecer que relativamente às restantes matérias abrangidas pelos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (AE), nomeadamente e por exemplo as que abrangem as progressões na carreira, os direitos adquiridos serão repostos faseadamente, concretamente 50% em julho de 2017 e 50% a partir de 01 de Janeiro de 2018, sem porém contemplar efeitos retroativos.

Decorrido que vai o período determinante de Janeiro para liquidação dos vencimentos já na vigência do OE de 2017 não se entende que o CA não tenha ainda estabelecido o cumprimento da reposição de matérias clausuladas no AE, nomeadamente aquelas que produzem os seus efeitos imediatos com a entrada em vigor da LOE para 2017, como sejam os subsídios de refeição – também o segundo – e sem distinção de valores entre os trabalhadores e pagamento do trabalho suplementar.

Por estes motivos, foi solicitado um novo pedido de reunião urgente já no decorrer do mês de Janeiro, ao qual o CA da EGEAC respondeu sugerindo o seu agendamento para um futuro próximo... (?)

O STML considera que a postura de passividade e desvalorização demonstrada pelo atual CA face aos problemas que afetam os trabalhadores da empresa, materializada em adiamentos sucessivos ou não respondendo pura e simplesmente aos pedidos de reunião do Sindicato, numa prática mais ou menos recorrente, deverá merecer um forte repúdio e contestação por quem de facto corporiza esta Empresa, ou seja, os trabalhadores.

Serão estas as razões que motivarão os contactos – através de plenário ou visita - com os trabalhadores dos vários equipamentos para debater e avaliar formas de luta que, de uma vez por todas, criem condições à resolução dos problemas há muito conhecidos. O CA da EGEAC não pode continuar a ignorar os seus trabalhadores e o seu Sindicato, enquanto o mais representativo e com quem inclusive celebrou o AE.

Avançamos no processo negocial tendo em vista a celebração de AE na GEBALIS

Decorreu no passado dia 17 de Janeiro, mais uma reunião de negociação entre o Conselho de Administração da Gebalis e as Direções do STML e STAL, tendo em vista a celebração de um Acordo de Empresa (AE).

É natural que nem sempre as negociações decorram com a celeridade que tanto os trabalhadores como os sindicatos desejariam, mas também é verdade que existem nesta proposta matérias de resolução complexa, nomeadamente as que se relacionam com as tabelas salariais, que exigem um trabalho aturado, paciente e sério.

Ficou também decidido a marcação de uma reunião entre os advogados dos sindicatos e da Gebalis, para compilarem as cláusulas sobre as matérias já acordadas (a grande maioria), assim como superar pequenos obstáculos em relação à redação final a adoptar noutros pontos, cujo conteúdos e objetivos são também consensuais.

Registamos a vontade manifestada pelo Presidente do CA da Gebalis em concluir com êxito estas negociações, levando à assinatura do AE, enquanto instrumento essencial à garantia dos interesses, direitos, expectativas e remunerações dos trabalhadores da empresa.

Não sendo ainda possível o compromisso com datas para o encerramento das negociações, esperamos que estas decorram com a maior brevidade possível. Seja qual for o resultado, o qual esperamos que seja positivo, os sindicatos reunirão oportunamente com os trabalhadores para apresentarem o 'resultado final', mas não definitivo, do processo negocial. Mantendo a prática e a coerência que conduziu à construção da proposta de AE, serão os trabalhadores a decidir sobre a sua aceitação e consequente assinatura.

Num outro contexto, nomeadamente o que o envolve as condições de trabalho do Gabinete do Bairro Padre Cruz, foi-nos informado pelo CA que enquanto não forem resolvidos os problemas que obrigaram ao encerramento deste local de trabalho, os seus serviços funcionarão a partir de agora nas instalações cedidas provisoriamente pela CML (do que será a futura "casa da cidadania"), também localizadas neste Bairro de Carnide.

Da realidade nas Juntas de Freguesia...

Desde a transferência das competências e dos trabalhadores da CML para as Juntas de Freguesia (JF) em março de 2014, o STML já assinou Acordos Colectivos de Empregador Público (ACEP), com a maioria dos respetivos Executivos (18). Por enquanto, têm estado bloqueados os processos negociais nas Juntas de Belém (com a qual não chegámos a acordo), Estrela, Areeiro, Sto. António, Sta. Clara (que não mostraram interesse na sua assinatura) e Alcântara que ainda não respondeu à proposta apresentada pelo Sindicato.

Como temos vindo a denunciar, a precariedade é uma chaga que afecta a maioria das JF de Lisboa. Às situações que herdaram (da CML) fruto da fusão ocorrida com a reorganização administrativa, soma-se a crescente contratação de trabalhadores em prestação de serviços, falsos recibos-verdes, para darem resposta às novas competências assumidas.

É verdade que várias JF têm aberto concursos de admissão de pessoal para diversas categorias profissionais, no entanto, salvo algumas exceções, revelam-se claramente insuficientes face à necessidade, não só de regularizar a situação dos trabalhadores com vínculo precário, mas também reforçando os setores onde estão identificadas carências de pessoal. Outras Juntas, pela negativa, não demonstram qualquer intenção para resolverem estes problemas. Referimo-nos concretamente aos casos mais graves que se observam na JF da Estrela e de Sta. Clara. Mas também Olivais, Sta. Maria Maior e Belém, onde tarda passarem da mera retórica aos actos concretos, decidindo politicamente pela abertura de concursos públicos.

Num outro contexto, é importante lembrar que desde 2013 os trabalhadores em funções públicas efectuem descontos sobre todos os suplementos remuneratórios, onde se inclui o trabalho extraordinário. Em caso de baixa por acidente de trabalho, deve o trabalhador receber a totalidade dos rendimentos, incluindo a média do trabalho extraordinário efectuado nos últimos 12 meses antes do episódio

incapacitante. Esta situação já acontece em várias JF, que aqui aproveitamos para valorizar! Todavia, muitas Juntas, por teimosia exclusivamente política dos seus Executivos, teimam em não reconhecer este direito aos trabalhadores acidentados, não efetuando o devido pagamento. Trabalhadores que, estando numa situação de maior fragilidade, são assim prejudicados dupla e triplamente.

Este é um problema de fácil resolução, bastando as Juntas no momento da contratualização com a Companhia de Seguros, ter como referência a 'folha de férias', ou seja, que inclui o vencimento mais os respetivos suplementos e não apenas o valor do vencimento base como muitas têm priorizado.

Um outro problema que interessa realçar, é o que se prende com as condições de trabalho e a qualidade das instalações, principalmente dos postos de limpeza. No momento da transferência de competências em 2014, foi votada por unanimidade na Assembleia Municipal de Lisboa uma Recomendação (por iniciativa do PCP), que responsabilizava a CML pelo bom estado de conservação das instalações a transferir para as Juntas. Porém, o que se constata é o desprezo total por essa Recomendação.

No que diz respeito aos postos de limpeza, situações de degradação que já se verificavam na CML, como é óbvio agravaram-se. Os casos mais preocupantes são os postos de LU da Rua 1º de Maio (Alcântara), Rato e Restauradores (Sto. António), Bairro da Boavista (Benfica) e os postos da JF de Sta. Clara. Outras instalações, com menos problema, não deixam de causar transtornos aos trabalhadores pela sua exiguidade, como é o caso dos localizados na Rua dos Sapateiros (Sta. Maria Maior).

Por último, não esqueçamos a avaliação de desempenho (SIADAP), que não se verifica na maior parte das JF, cuja responsabilidade é exclusivamente sua desde o biénio 2013/2014.

... Direção Municipal da Higiene Urbana (DMHU)

No passado dia 11 de janeiro, a pedido do STML, realizou-se uma reunião com o Director Municipal da DMHU, Eng.º Victor Vieira e a Directora do DRMM, Dr.ª Filipa Penedos.

Nesta reunião foram debatidos vários assuntos, procurando esclarecer e solucionar muitas das questões que os trabalhadores têm feito chegar ao Sindicato, muitas delas revelando uma natureza incompreensível e inaceitável. Destacamos alguns dos pontos discutidos e as respostas que nos foram concedidas. Assim:

- Sobre a circulação de viaturas de remoção já identificadas para abate, foi-nos comunicado que o simples facto de estarem “identificadas” não é sinónimo de não poderem circular na via pública.

Para o STML, esta observação só reforça a reivindicação que exige a aquisição e a entrada imediata de novas viaturas – objetivando as suas várias missões e respeitando as suas especificidades – em quantidade adequada face às carências que atualmente se fazem sentir. Não se pode porém, nesse espaço intermédio, colocar os trabalhadores em risco utilizando e circulando em viaturas cujo ‘prazo de validade’ já há muito expirou. A política do ‘desenrascanço’ que tem marcado a vida interna da CML nos últimos anos, deve de uma vez por todas acabar. Os trabalhadores (CMPVE) que observem que as viaturas que lhes são atribuídas não reúnem as condições mínimas de segurança, devem exigir a sua substituição por uma viatura adequada e funcional que respeite todas as normas de segurança determinadas por Lei.

- Sobre as ‘ameaças’ e ‘intimidações’ aos trabalhadores em CPS (prestes a tomar posse para integrar o mapa de pessoal da autarquia), foi-nos informado o desconhecimento de tais práticas.
- Referem também que terá lugar uma formação profissional que irá abranger todas as categoriais profissionais – CMPVE, Cantoneiros e Encarregados – que poderá em alguma medida contribuir para um melhor ambiente de trabalho.

Ao STML chegam todas as semanas exemplos vários sobre posturas inadmissíveis de quem é responsável local pela gestão do serviço de remoção. E neste sentido, alertámos o Director Municipal da necessidade de acompanhar mais de perto o funcionamento do serviço operacional, de forma a eliminar a eventual prepotência de uns poucos sobre muitos. A necessidade e existência da formação profissional em curso, destacando a que envolve a melhoria das relações interpessoais, só confirma o reconhecimento da DMHU face às críticas levantadas pelo Sindicato considerando os atuais métodos de gestão de pessoal e organização do trabalho.

- Sobre o respeito pelas normas já afixadas em locais visíveis nas Garagens dos Olivais 3, nomeadamente ao número de fretes por circuito e tonelagem máxima por frete, reafirmaram que as regras estabelecidas aplicam-se a todos os serviços de remoção, diurno e noturno. Admitem contudo, alguma inércia por parte de quem no terreno deve fazer cumprir estas regras, essenciais à segurança de trabalhadores mas também à salvaguarda das respetivas viaturas.

- Sobre esta matéria, foi aceite a proposta do STML em agendar uma nova reunião com o Director Municipal da DMHU com a presença da responsável pela elaboração dos circuitos (agendada posteriormente para 24 de janeiro).

No que concerne ao DRMM e a articulação entre as oficinas e a reparação e manutenção das viaturas de remoção, foi-nos comunicado o seguinte:

- Face a problemas com substituição de pneus, a Directora reafirmou a ausência de qualquer problema em relação ao stock deste material.

- No plano da limpeza da cabine da viatura, da responsabilidade de cada condutores (CMPVE) depois de concluído o serviço, ficou de trabalhar numa metodologia que evite os constrangimentos até agora identificados.

- Valorizou a necessidade da formação para os novos condutores (CMPVE) que devem conhecer e dominar a viatura que conduzem, evitando assim consequências indesejáveis.

- Questionada sobre os casos em que um trabalhador do serviço noturno, tendo que fazer análises, não foi autorizado a ficar em casa na noite precedente, ficou de perceber o porquê de terem impedido a concretização efetiva desta prática.

- Admitiu a incapacidade em haver uma resposta adequada a nível das oficinas pela incompetência da empresa de limpeza contratada pela CML. A mesma empresa que também é responsável pela limpeza de balneários, WC’s e vestiários, nos Olivais II e III. O STML reafirmou que irá assumir medidas mais ativas sobre esta matéria junto do Executivo, considerando o arrastar deste problema há demasiado tempo.

- O STML voltou a relembrar a necessidade do pagamento do RIP aos condutores (CMPVE) que estão afetos aos Olivais 2, pagamento justificado pelo serviço desempenhado e não pelo tipo de viatura conduzida, matéria que ficou para avaliação.

- A Directora do DRMM admitiu o inesperado da substituição dos trabalhadores da CML que estavam na portaria dos Olivais 2 por uma empresa privada. Afirma porém, que todos os trabalhadores envolvidos nesta situação foram reorientados funcionalmente ou realocados em termos geográficos, respeitando a sua vontade e procurando, na medida do possível, salvaguardar os seus interesses.

O STML lembrou a importância em resolver outras matérias que os trabalhadores reivindicam, como uma ‘sala de espera’ para os motoristas e condutores (CMPVE) da garagem de Olivais 2, ou a abertura da copa seca e de um bar para os condutores do período noturno. Mas a maior crítica que podemos fazer prende-se com a chegada demasiado lenta das viaturas pesadas para a remoção, havendo mesmo alguns casos, que assim que chegam, regressam ao local de origem porque não vêm com as especificidades necessárias ao serviço para o qual serão adstritas.



... Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH)

A Direção do STML reuniu no passado dia 18 de Janeiro com a DMRH, representada pela Diretora Municipal, Dra. Fátima Fonseca, o Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Dr. João Contreiras e o Dr. Nuno Prata, Diretor do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança.

Um dos objetivos desta reunião era tratar dos assuntos relacionados com os Representantes dos Trabalhadores (RdT's) para a Saúde e Segurança no Trabalho eleitos em outubro passado. Recordamos que o STML apoiou a lista que ganhou as eleições, elegendo quatro candidatos de um total de sete. Neste contexto, foram abordados os temas sobre a organização dos tempos a atribuir aos RdT's; a existência ou não de uma Comissão Municipal Paritária para a saúde e segurança no trabalho, sobre a qual o STML ficou de refletir, mas também a atribuição de um espaço funcional para que os Representantes eleitos possam desenvolver a sua atividade condigna e eficazmente. Neste último ponto, foi-nos sugerido as instalações municipais situadas na Rua Lima Bastos, a título provisório, considerando a ausência de alternativas imediatas por parte da autarquia. Para o STML e os RdT's apoiados pelo Sindicato, por razões óbvias a localização ideal situar-se-ia no Complexo dos Olivais ou no Edifício do Campo Grande, assumindo a DMRH a possibilidade de avaliar estas propostas. Para 27 de Janeiro, foi agendada para os Paços do Concelho, a tomada de posse formal dos sete elementos eleitos.

Um outro assunto de debate prendeu-se com informação sobre a extinção do NAGR, passando a existir uma nova equipa da CML, para o acompanhamento do funcionamento e gestão dos refeitórios municipais, agora sob gestão dos SSCML. Nesta temática, foi-nos ainda comunicado que o refeitório do Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, objeto de obras desde inícios de agosto de 2016, reabrirá no fim do mês de Janeiro, prevendo-se a utilização da copa seca uma semana antes dessa data. Com um atraso de três meses, face ao anunciado pela CML em julho do ano passado (o refeitório seria sujeito a uma intervenção que demoraria apenas 90 dias), não podemos deixar de criticar, uma vez mais, todo um processo que causou indesejáveis perturbações à vida dos trabalhadores, no ativo e aposentados, que utilizavam regularmente este equipamento.

Por outro lado, face aos infelizes acontecimentos que marcaram a política da CML nos últimos 18 meses, foi discutido os procedimentos futuros a desenvolver no sentido de minimizar os constrangimentos causados a trabalhadores e ao funcionamento dos próprios serviços, implícitos aos processos envolvendo mudanças de instalações. Como já referido num artigo próprio deste nosso Boletim – a má prática que foi a transferência dos trabalhadores do SMPC para Monsanto –, a CML informou que equaciona constituir uma equipa multi-departamental, sob a égide da DMRH, cujos principais objetivos será o de planejar atempadamente processos de mudanças, compreendendo desde o início do processo os trabalhadores visados, os RdT's e as organizações sindicais. Valorizamos uma intenção que, a ser concretizada, responde a uma antiga reivindicação do STML.

Entrando num campo diferente, abordamos a temática da consolidação das mobilidades intercategorias e intercarreiras prevista na Lei do OE 2017. Foi-nos transmitido que estão a estudar a sua aplicação e os seus impactos em termos financeiros nos vários cenários equacionados.

Sobre o concurso para admissão cantoneiros de limpeza, agora concluído, a tomada de posse está prevista para o princípio de fevereiro. Entretanto, a DMRH renovou os contratos com os trabalhadores em prestação de serviço, tendo já como base, depois da intervenção oportuna do STML, o valor atualizado do SMN (€ 557,00).

Por último, podemos referir o compromisso da CML assumindo o pagamento (já com o salário de janeiro) os retroativos do suplemento de turno em falta aos trabalhadores do atendimento do Edifício do Campo Grande. Ficou porém por resolver, a atribuição do suplemento de turno a alguns trabalhadores (do SMPC e da DMEVAE), face a incongruências transmitidas pelas chefias respetivas sobre a elaboração dos horários de trabalho que a DMRH irá procurar resolver. Matéria sobre a qual o STML não deixará de exigir o que é justo para quem de facto trabalha em horários por turnos e não vê essa situação devidamente reconhecida.

Num assunto paralelo e face ao desafio lançado pelo Sindicato há uns meses, ficou agendado para fins de fevereiro a primeira reunião do grupo de trabalho conjunto para estudar a temática sobre a identificação das carreiras de desgaste rápido.



Em 2017, o STML celebra o seu 40.º Aniversário

Fundado a 6 de abril de 1977, o nosso Sindicato – o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa – intervém em realidades laborais tão distintas como a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais. Celebra este ano quatro décadas de existência!

Considerando a importância deste aniversário, sinónimo de uma longa história de coerência, honestidade e determinação na luta com e pelos trabalhadores do município de Lisboa, não podia a atual Direção do Sindicato deixar passar ao lado uma celebração e comemoração que corresponda dignamente ao marco agora alcançado.

Neste momento preparamos um momento solene na Assembleia Municipal de Lisboa para 6 de abril (faltando apenas, neste momento, a autorização para a utilização deste espaço). Será aqui, num espaço carregado de simbolismo mas também de divergências e convergências, que decidimos assinalar os nossos 40 anos de vida!

Nesta sessão, à qual poderá associar-se alguns apontamentos de natureza cultural, iremos criar condições para receber todos os associados do STML que, obviamente façam questão de estarem presentes. São estes e não outros, que justificam e legitimam a existência durante todos estes anos do Sindicato. Teremos também, pelo menos é essa a nossa vontade, a presença especial de todos os Dirigentes que ao longo desta História se destacaram na construção do Sindicato pela sua abnegação, honestidade e responsabilidade. Convidaremos, por último, todas as instituições com quem o STML, pelos seus objetivos e natureza, se relaciona inevitavelmente. Referimo-nos à CML, Juntas de Freguesia, Conselhos de Administração, Partidos Políticos com assento na AML e, claro, a própria Assembleia Municipal de Lisboa.

Num plano complementar, serão produzidos pequenas lembranças deste 40º aniversário dirigidas a todos os trabalhadores associados do STML, além de uma 'recordação' especial para os associados sindicalizados em 1977 e que ainda hoje se mantêm ligados ao Sindicato. Uma prova de confiança inesgotável que interessa valorizar e reconhecer.

Procuraremos ainda construir uma exposição que retrate as quatro décadas de História do STML. Terá um cariz itinerante, procurando estar durante todo o ano, a decidir no tempo e espaço oportuno, em alguns dos locais de trabalho do município.

Outras informações serão transmitidas oportunamente a todos os nossos associados à medida que se desenvolvemos e concluímos os moldes em que se realizarão as comemorações do 40º Aniversário do STML. Um acontecimento que não será nem pode ser esquecido durante os próximos doze meses.

Parabéns a todos! Pela força, unidade, confiança e convicção!

Uma Festa de Natal que encheu de alegria os associados do Sindicato e respetivos familiares

Durante os primeiros dias de dezembro, o STML proporcionou aos associados e seus familiares a habitual festa de natal, sinónimo de uma ida coletiva ao circo.

Num ambiente de alegria, camaradagem e solidariedade, mais evidentes nessa altura do ano, foram vários os milhares de trabalhadores do município que não deixaram de participar na iniciativa promovida pelo seu Sindicato.

Como na altura afirmámos, “o Sindicato são vocês, somos nós, somos todos! Dizemos esta frase muitas vezes porque é verdade! Sem associados, não haveria sindicato. Sem luta não haveria razões para existirmos! Sem união e determinação há muito que teríamos sucumbido perante a ofensiva anti laboral que há muito tempo nos ataca sem pudor ou vergonha. Gritámos, rimos e discutimos muito ao longo de todos estes anos. Também cerramos fileiras, unimos vontades com a força de todos para lutar pelos nossos interesses e pelo direito a um futuro de respeito e dignidade por e de quem trabalha! Não conseguimos algumas vezes tudo o que queríamos conquistar ou defender, mas alcançamos muitas mais vitórias que demonstram claramente que quem luta pode nem sempre ganhar, mas quem não luta, perde sempre. E foram as vitórias que ainda hoje dignificam o STML e os trabalhadores seus associados, como o Sindicato mais influente do município de Lisboa, não apenas porque é o mais representativo, mas porque é o mais consequente e o mais sério adversário de quem demasiadas vezes nos quer hipotecar a vida ao sabor da sua vontade arbitrária.”

O ano de 2016 rompeu com um passado recente que nos empobreceu a um nível sem memória. Neste novo ano, teremos que nos erguer mais alto ainda, se queremos de facto alcançar os que são os nossos objetivos: melhores salários e mais direitos, mais qualidade de vida e um futuro digno. Com esta mensagem, realizámos uma excelente Festa de Natal!



Campanha contra a Precariedade em Lisboa

Em 2014 foram transferidas para as Juntas de Freguesia novas competências, às quais foram associados meios humanos, técnicos e financeiros que correspondessem às responsabilidades do serviço público agora a executar pelas Juntas. Todavia, os meios atribuídos foram e continuam a ser claramente insuficientes pelo que a falência desta decisão política, como o STML sempre afirmou, foi, é e será sempre um dado evidente.

Todavia, à margem da opção assumida pelo PS/António Costa, nesse ano ainda Presidente da CML, sem esquecer o apoio indispensável do PSD/CDS na AML, muitas foram as consequências negativas que ainda hoje nos obrigam a um combate sem tréguas. Falamos, sem desvalorizar outras matérias, da banalização dos vínculos precários na cidade de Lisboa.

No universo das Juntas de Freguesia, tornou-se recorrente o uso e abuso dos denominados “falsos recibos-verdes”, trabalhadores que desempenhando tarefas de caráter permanente e indispensável, não têm contudo um contrato de trabalho efetivo. Vivem assim num ambiente de permanente insegurança, medo e instabilidade em relação ao seu futuro, quer profissional, pessoal ou familiar.

Certo é que existem diferentes realidades se analisarmos Junta de Freguesia a Junta de Freguesia. Algumas já abriram concursos públicos para a regularização dos vínculos precários, procurando celebrar com os respetivos trabalhadores um CTFP por tempo indeterminado. Porém, muitas outras não estão ou não mostraram até agora disponibilidade política nesse sentido, independentemente dos argumentos que recorrentemente utilizam para justificar o injustificável.

Foi neste contexto que o STML, em conjunto com o STAL, elaboraram um plano de trabalho para a cidade de Lisboa, virado quase exclusivamente para a realidade da precariedade nas freguesias. Começámos em agosto com um universo de onze Juntas, nomeadamente o Parque das Nações, Olivais, Santa Clara,

Arroios, Santo António, Santa Maria Maior, Campolide, Benfica, Alcântara, Belém e Estrela. Em dezembro, repetindo as mesmas práticas de denúncia e sensibilização, reduzimos para seis, mas repetindo concretamente ações nos Olivais, Santa Clara, Santa Maria Maior, Benfica, Belém e Estrela. Nestas freguesias, não só o número de trabalhadores precários é proporcionalmente elevado, como se denota que os respetivos Executivos não estão interessados em resolver o problema que, segundos alguns Presidentes de Junta, também os preocupa, mas aparentemente só em teoria, porque na prática continuam a alimentar o cancro que corrói a nossa sociedade e a nossa cidade em particular, isto é, favorecem a precariedade.

Por todas as Juntas que o STML considerou serem problemáticas, foram colocados cartazes, distribuídos comunicados à população e trabalhadores. Intervimos igualmente nas Assembleias de Freguesia de Santa Maria Maior, Santa Clara e dos Olivais.

Vamos agora entrar numa nova fase desta Campanha, indissociável também dos objetivos de combate à precariedade assumidos pela nossa central, a CGTP-IN, e voltaremos a reavaliar o universo de Juntas em que este problema não só não se resolveu, como poderá aumentar tendencialmente. Além das Juntas referidas, observa-se uma generalização de trabalhadores a recibos-verdes noutras freguesias, como na Penha de França. A luta não irá, por isso, parar, porque a um posto de trabalho efetivo, deve corresponder impreterivelmente um contrato de trabalho também ele efetivo (Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado).

Considerando o fim dos constrangimentos à contratação na administração pública local decorrentes dos dois últimos Orçamentos do Estado (2016-2017), associando ainda as vontades expressas pelo atual 1º Ministro de combate à precariedade, não se percebe o porquê dos Executivos de algumas Juntas de Lisboa não terem até agora aberto concursos públicos para admissão de pessoal que de uma vez por todas acabe com a instabilidade em que vivem e trabalham centenas e centenas de trabalhadores.



Plenário nacional de sindicatos da CGTP/IN decide mais ação e luta

Dirigentes, delegados e ativistas sindicais, de todo o país, estiveram reunidos em Lisboa no dia 12 de Janeiro em plenário. Da discussão que se realizou ao longo do dia, ficou claro que os direitos laborais e sociais não podem continuar a ser o parente pobre da política económica em Portugal, pelo que é decisivo o empenho na concretização da mudança de rumo na política nacional expressa nas eleições de outubro de 2015 e, sempre com e pelos trabalhadores, lutar por todas as formas contra políticas que perpetuam uma legislação laboral responsável pela exploração e empobrecimento dos trabalhadores e suas famílias.

Neste sentido o Plenário de Sindicatos apelou à mobilização geral para a dinamização da ação reivindicativa nas empresas e locais de trabalho, desenvolvendo assim uma intensa ação nacional pelo aumento geral dos salários e a aplicação dos 600€ como Salário Mínimo nas empresas, exigir a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Decidiu ainda dar um forte impulso à Campanha Nacional Contra a Precariedade, realizando no 1º trimestre de 2017 o Roteiro Contra a Precariedade com a intervenção articulada dos Sindicatos, Federações e Uniões Distritais na organização e realização de plenários, paralisações e ações de rua, com iniciativas distritais na semana de 13 a 17 de março e uma

forte participação dos trabalhadores com vínculos precários na Manifestação Nacional no 28 de março – Dia Nacional da Juventude – em Lisboa, promover entre 6 e 10 de março a Semana da Igualdade entre Mulheres e Homens que inclui o Dia Internacional da Mulher, sob o lema “Valorizar o Trabalho; efetivar a Igualdade”.

No final, os participantes no plenário deslocaram-se à Assembleia da República para entregar a petição “Garantir o direito à contratação coletiva; Revogar a norma das convenções coletivas; Assegurar o direito de negociação na Administração Pública”, que recolheu mais de 76 mil assinaturas, na qual se exige a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, designadamente as que permitem a caducidade das convenções coletivas, a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável e o descongelamento das carreiras profissionais e a reposição do vínculo por nomeação na Administração Pública.

Altura em que o Secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, afirmou, que esta ação é “um alerta ao Governo para que não se deixe pressionar, nem condicionar pelos interesses económicos e financeiros e, também, um alerta para que não fique refém das pressões patronais”.



Continuar a luta pelos direitos dos trabalhadores da administração pública

Aprovado o Orçamento do Estado para 2017, muitas foram as reivindicações dos trabalhadores da administração pública que ficaram sem resposta, adiadas pelo Governo PS para um calendário que aponta, em alguns casos 2018, noutros, 2019 ou 2020.

É verdade que foram eliminadas medidas no plano da contratação de pessoal na administração local, foi aumentado o valor do subsídio de almoço, foram assumidas medidas que visam a consolidação das mobilidades, foi reposto para a imensa maioria dos trabalhadores as 35 horas semanais, além de outras medidas com impacto positivo nos orçamentos familiares, como a gratuidade dos manuais escolares do 1º ciclo, a diminuição da taxa moderadora no acesso às consultas no SNS ou o aumento das deduções fiscais, destacando a área da educação, entre outras decisões que inverteram o rumo que o anterior Governo do PSD/CDS queriam continuar e até aprofundar.

Contudo, o Governo de António Costa continua ainda muito longe do que são as nossas expectativas. Do aumento real dos salários, do descongelamento das carreiras, da atualização dos complementos remuneratórios como o Subsídio de Risco, Insalubridade e Penosidade, da reposição do valor do trabalho extraordinário, da reposição dos 25 dias de férias e das respetivas majorações, à revogação do SIADAP ou à identificação das carreiras de desgaste rápido, entre muitas outras matérias, ficámos a saber que não são prioridades neste momento.

Mas se conseguimos impedir a continuação da política de austeridade que Passos Coelho e Paulo Portas queriam eternizar, expulsando-os do Governo do país e das nossas vidas depois de quatro anos de sacrifícios impostos arbitrariamente,

também marcados por duras e prolongadas lutas que finalmente tiveram o efeito desejado, também podemos, porque já o demonstrámos que, quando unidos e disponíveis para a luta pelos nossos interesses e direitos, aumentam exponencialmente as probabilidades de obtermos respostas positivas às nossas reivindicações.

Sem luta, organizada e determinada, não será por 'obra e graça do senhor' que teremos as nossas vidas totalmente recuperadas e valorizadas e, nesse contexto que é imprescindível construir, perspetivar então um horizonte mais favorável e um futuro mais otimista.

Neste sentido, não nos resta outra solução que não passe pela organização, concretização e aprofundamento da luta. Um processo que deverá ser fortemente dinamizado nos próximos meses, quer em termos setoriais quer revelando a convergência mais abrangente face à realidade que a todos os trabalhadores da administração pública diz respeito.

Na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia e nas Empresas Municipais da cidade de Lisboa, não faltam, por tudo o que acabamos de descrever, mas também pelos problemas específicos que afetam a realidade de cada local de trabalho, razões para nos organizarmos e lutar pelas soluções que nos interessam ver decididas e implementadas. Continua por isso nas mãos dos trabalhadores as 'ferramentas' que melhores garantias nos dão nesse propósito.

Participar nos plenários, intervir crítica e construtivamente junto e com o Sindicato, são caminhos inseparáveis porque estão profundamente interrelacionados. Dar força ao STML, é reforçar a luta que a todos diz respeito, a nível local ou mais geral.



8ª Conferência da Inter-Reformados

No dia 10 de fevereiro, realiza-se no Altis Park Hotel em Lisboa, a 8ª Conferência da Inter-Reformados (IR), organização específica da CGTP-IN para os reformados, na qual o STML participa. Terminado o atual mandato, é o tempo de refletir sobre as lutas travadas ao longo dos últimos quatro anos, analisar a situação atual, definir a estratégia a prosseguir e eleger uma nova Direção.

O atual mandato, inscreveu-se num período negro da nossa história recente, em que as políticas de exploração e empobrecimento do governo do PSD/CDS favoreceram os grandes grupos económicos, prejudicando os trabalhadores, os reformados e a esmagadora maioria da população.

Os reformados foram vítimas de um violento assalto às suas pensões, direitos e dignidade, sem precedentes na democracia portuguesa.

Entre 2010 e 2015, cerca de 3.100.000 reformados (88,6% do total) viram as suas pensões congeladas, com um corte nos seus rendimentos, de 3.140 milhões de euros. Parte destes reformados teve ainda de suportar a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) e todos sofreram um aumento brutal de impostos, que incluiu a sobretaxa e o agravamento dos escalões do IRS. Por outro lado, entre 2010 e 2014, o número de idosos a receber um complemento solidário de idoso diminuiu em 63.505.

A esse pesadelo social, a IR soube opor um combate sem desfalecimentos, em articulação com as Comissões de Reformados dos Sindicatos e lado-a-lado com os trabalhadores no ativo. Organizou e participou em múltiplas ações de denúncia e resistência, traduzidas em concentrações, manifestações, desfiles, tributas públicas, petições, audições parlamentares, comunicados à população e iniciativas de reflexão para reforçar a organização sindical dos reformados.

Esta ação determinada e persistente, evitou a instalação do desalento e culminou na clamorosa derrota da direita nas eleições de outubro de 2015, para a qual a IR contribuiu, mobilizando todas as suas forças, no esclarecimento e no apelo ao voto pela mudança de rumo.

Abriu-se uma nova fase da vida política nacional. Relativamente aos reformados, entre outras medidas, foi reposta a actualização das pensões; foi decidido o aumento geral e extraordinário das pensões e a extinção da CES; foram melhoradas as prestações sociais não contributivas, abrangendo o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos.

A Inter-Reformados/CGTP-IN valoriza as medidas tomadas, sem deixar de apontar graves insuficiências, nomeadamente no que respeita à actualização e à reposição do poder de compra das pensões.

É sobre todas estas matérias que a 8ª Conferência se vai debruçar, contando-se que das suas conclusões resulte um conjunto de renovadas propostas de ação reivindicativa dos reformados, que hão-de inspirar e dar força ao combate sindical a travar nos próximos 4 anos.

Atividade sócio cultural

A última visita de 2016 levou a Comissão de Reformados do STML, em 14 de dezembro, à Estufa Fria, que engloba uma estufa quente e uma estufa doce.

Os associados, orientados pelas prestimosas Paula Craveiro e Alexandra Canha, tiveram oportunidade de ficar a conhecer não só a história deste local emblemático da cidade, desde a sua inauguração em 1933, mas também as particularidades das variadíssimas espécies que a compõem.



Do positivo e negativo do Orçamento do Estado 2017

Com a luta organizada pelos trabalhadores, nomeadamente a manifestação da Frente Comum realizada a 18 de novembro, foi possível melhorar alguns aspectos que o Orçamento do Estado apresentava em relação à proposta inicial do Governo PS.

Porém, mantêm, no essencial, o seu carácter limitado em relação às pretensões dos trabalhadores, confirmando a postura de resignação e não rompimento com os condicionamentos e constrangimentos que continuam a limitar a nossa soberania e a resposta aos problemas estruturais do País, em particular aqueles que resultam das imposições da União Europeia, do garrote da dívida ou do domínio do capital monopolista sobre a vida nacional.

Assim, foi possível inscrever no OE 2017, entre outras, as seguintes medidas:

Trabalho e Administração Pública

Reposição da contratação coletiva: significa a devolução dos direitos consignados nos contratos e acordos coletivos aos trabalhadores. A partir de Janeiro de 2017 proceder-se-á ao pagamento de subsídio de refeição, trabalho extraordinário e trabalho nocturno por inteiro e os suplementos remuneratórios e restantes matérias serão pagos 50% em julho 2017 e 100% em Janeiro 2018.

Aumento do subsídio de refeição na Função Pública num valor de 5,5 euros/mês em Janeiro a que se acrescentam mais 5,5 euros mês assegurando 11 euros/mês a partir de agosto.

Combate à precariedade na Administração Pública: Serão identificadas as necessidades permanentes dos serviços, abertas vagas nos mapas de pessoal e iniciados os procedimentos de contratação até 31 de outubro de 2017. O objectivo é proceder à vinculação dos trabalhadores valorizando a experiência de quem já desempenhava as respectivas funções.

Consolidação de mobilidades intercarreiras e intercategorias, nomeadamente a mobilidade intercarreiras, em especial em carreiras de grau de complexidade funcional diferente e intercategorias.

Reforço de meios da Autoridade para as Condições de Trabalho, do quadro de inspectores e técnicos superiores, como forma de adequação dos procedimentos inspectivos a uma intervenção eficaz.

Pagamento do Subsídio de Natal, com um regime transitório em 2017 de pagamento de 50% em novembro e os restantes 50% em duodécimos.

Segurança Social

Aumento das pensões e aumento extraordinário das Pensões:

Além do aumento geral das pensões, haverá um aumento extraordinário para os pensionistas com pensões até 629 euros no valor de 10 euros a partir de agosto de 2017. Nas pensões mínimas regista-se também um aumento extraordinário (no valor de 6 euros) embora não atinjam o valor de 10 euros.

Alargamento da atribuição do abono de família:

Em 2017 será alargada a atribuição do abono de família, quer em número de crianças abrangidas, quer no seu montante, pela via da reposição dos 4º e 5º escalões. O abono de família será ainda majorado para as crianças até 36 meses.

Não deixando de valorizar os tímidos avanços alcançados, este é um Orçamento que não responde efectivamente às principais reivindicações inscritas na Proposta Reivindicativa Comum entregue ao Governo pela FCSAP, que o STML integra, nomeadamente no que diz respeito à actualização dos salários e o descongelamento das progressões das carreiras. A luta por estes objetivos deve por isso continuar. Este é o compromisso do STML, só possível com a unidade e mobilização de todos!



A importância do Salário Mínimo Nacional e da sua valorização

A CGTP-IN reafirma a importância fundamental do aumento do salário mínimo, tal como o aumento dos salários em geral, para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias e para o crescimento económico do país.

O aumento do SMN, é um investimento que beneficia a economia e o país – a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e das famílias estimula o consumo, o que contribui para o aumento da produção e das vendas das empresas, a criação de mais emprego e o crescimento da economia. Ao mesmo tempo, este aumento tem também efeitos positivos no crescimento das contribuições para a segurança social, ajudando a melhorar a sustentabilidade financeira do sistema. Neste sentido, não podemos ignorar a importância fundamental do salário mínimo no combate à pobreza, designadamente a pobreza laboral.

O SMN, criado em 1974, tem tido uma evolução lenta que não tem acompanhado a evolução da inflação e da produtividade ao longo destes anos. Com efeito, se tivermos presente a evolução da inflação e da produtividade ao longo dos anos, o valor do SMN deveria ser de 902,00€ (!).

Apesar de insuficiente, o aumento do SMN para os 557€ só foi possível devido à reivindicação da CGTP-IN (600€) e à sensibilização dos trabalhadores e da população para a justiça e a importância da nossa proposta. Foi a dinâmica reivindicativa, a argumentação político-sindical e a pressão popular que obrigou as confederações patronais a serem forçadas a sair da sua posição de acantonamento centrada nos 540€ e forçou a clarificação da entrada do novo SMN a partir de 1 de Janeiro.

OE financia o SMN e a precariedade

Ao anunciar a redução de 1.25.pp da taxa social única (TSU) para as empresas com trabalhadores com o SMN, o Governo não só correspondeu na totalidade à reclamação das confederações

patronais, como deu força aos que defendem que esta medida deixe de ser provisória para passar a ser definitiva. É inadmissível que os trabalhadores e os reformados vejam o dinheiro dos seus impostos ser desviado para financiar os encargos que deveriam ser assumidos na totalidade pelas empresas para actualizar o SMN.

Numa negociação em que o Governo optou por se deixar subordinar às pressões do patronato para conseguir um “Acordo” a todo o custo mesmo que violasse compromissos políticos como a “revogação da redução da TSU para as entidades patronais”, ou o questionamento do financiamento de empresas que recorrem ao trabalho parcial e à precariedade, importa que uns e outros saibam e sintam que este é um processo que está longe de estar acabado

Mas as cedências não ficam por aqui. As empresas que pagam o SMN e cujos trabalhadores no conjunto da remuneração base, valor do trabalho extraordinário e do subsídio nocturno não excedam os 700€ mensais, passam a ter acesso à redução da TSU.

Acresce que as empresas com trabalhadores a tempo parcial, passam também a ser contempladas, proporcionalmente. Este é mais um exemplo de que não basta dizer que se é contra a precariedade. É preciso ter coragem nos momentos certos para a combater e rejeitar propostas como as que foram apresentadas pelas confederações patronais.

O emprego, os salários, os direitos e a contratação coletiva não podem ser o parente pobre da legislação laboral e da política económica em Portugal. O trabalho e os trabalhadores têm de ser valorizados, porque são elementos nucleares para o bem-estar, a coesão económica e social e o desenvolvimento do país.



Porquê a alienação massiva de património municipal?

A poucos meses das eleições autárquicas, começa a ser possível fazer o balanço do mandato de Fernando Medina. E também se torna cada vez mais evidente que algumas preocupações apontadas pelo nosso sindicato se vão agudizando. Uma das matérias mais sensíveis, não só para os trabalhadores e suas condições de trabalho, mas também para o futuro da cidade, é a alienação massiva de património imobiliário promovida por Medina e pela maioria PS na CML.

Entre 2012 e meados de 2016, a Câmara terá arrecadado com a alienação de património imobiliário cerca de 480 milhões de euros, sendo que a maior fatia das operações, inscritas no documento “Estratégia para uma gestão sustentável do património imobiliário municipal”, se deveu ao negócio com o Estado de venda dos terrenos do aeroporto, numa verba que superava os 250 milhões de euros, destinada (segundo o executivo) a fazer face à necessidade de reduzir dívida a médio e longo prazo. A fatia restante remete, entre outros, para a alienação de terrenos em Alcântara e Praça de Espanha e alguns palácios espalhados pela cidade onde funcionavam serviços municipais.

Como o STML fez questão de denunciar, houve, numa significativa parte destes casos, uma “alienação ao desbarato” que, ao longo do último ano, começou a ter implicações diretas na vida dos trabalhadores e nas funções que desempenham, logo, limitando a capacidade de resposta da autarquia perante as populações e a própria cidade. Mais: todos os negócios relevantes acabaram por estar concentrados numa figura deste executivo, o vereador Manuel Salgado.

O resultado mais evidente desta política de alienação massiva é a valorização aparente do negócio especulativo no imobiliário, com toda a desregulação que lhe está associada. O caso de Alcântara é dos mais paradigmáticos, com o Grupo Mello a

surgir como único licitador numa hasta pública e a arrematar, por pouco mais de 20 milhões de euros, 20.763,48 metros quadrados conhecidos por “triângulo dourado”.

Entretanto, e depois de desmantelados os serviços sediados em património próprio da autarquia em Alcântara, na Rua da Boavista e em Monsanto, a autarquia celebrou com a Entrepósito, Gestão Imobiliária, um contrato de arrendamento no valor de 3,4 milhões de euros pelo edifício dos Olivais. Uma medida transitória que esperará a ampliação do complexo dos Olivais, prevista para daqui a uns 4 ou 5 anos.

Segundo os esclarecimentos prestados por Manuel Salgado aos órgãos do município, esta política de alienação para a chamada “gestão sustentável” prende-se com o objetivo da CML agrupar todos os serviços em três grandes polos: Praça do Município, Campo Grande e Olivais. Porém, justificar-se-á alienar tanto património municipal que pode e deveria estar ao serviço da cidade em nome de uma estratégia que não garante, de todo, mais eficiência na prestação de serviços públicos? Ou será que em causa está a vital necessidade de promover obras públicas em catadupa para demonstrar que a cidade mexe (mais a mais em período eleitoral)? Com tudo isto não será legítimo acalentarmos a dúvida de que, à custa deste património municipal, há muitas entidades privadas a fazer excelentes negócios?

Olhando em redor, e se fizermos o exercício de tentar esquecer o brutal decréscimo da qualidade dos meios e das condições de trabalho da esmagadora maioria dos funcionários da autarquia ao longo destes últimos anos, os negócios de alienação massiva de património devem estar a ser um sucesso. Afinal, parecemos trabalhar em prol da rica Lisboa de Fernando Medina que, de vento em popa, vai teimando em vender os anéis sem saber se conseguirá salvar os dedos.



Um estaleiro permanente sem política de transportes públicos

A poucos meses das eleições autárquicas, Lisboa continua transformada num estaleiro de obras. A ritmo de conta-gotas, para não esgotar o bruaá eleitoralista, lá vão sendo inauguradas umas “renovadas” artérias. Porém, o caos no trânsito continua instalado e a mobilidade dos cidadãos dentro da cidade revela-se cada vez mais complexa. Ainda mais, quando é absolutamente necessário a definição de uma política de transportes públicos consequente e concertada com toda a área metropolitana.

E é precisamente pela falta de uma política de transporte públicos que seria importante começar. Em 2017, verificam-se aumentos significativos de preço nos transportes públicos. Tais aumentos significam a continuação de um caminho errado para os transportes públicos, sendo necessárias medidas que estabeleçam uma estratégia de alargamento dos passes intermodais a toda a área metropolitana, extensível a todos os operadores e a todas as carreiras.

Repare-se no escândalo que tem sido a evolução de preços nos passes sociais. Entre janeiro de 2011 e janeiro de 2017, o Navegante Urbano aumentou 6,75€ (23%), o Navegante Urbano 3ª Idade aumentou 13,30 € (96%!), o L1 aumentou 9,95 € (25%), o L1-3ª Idade aumentou 17,50 € (87%), o L123 aumentou 13,70 € (25%) e o L123-3ª Idade aumentou 25,90 € (102%). Uma vergonha e a demonstração cabal do desinvestimento nos transportes públicos, apoiando, sobretudo, o uso de veículos privados (para quem os tem e pode pagar!).

Agora, a Câmara de Lisboa tomará conta da Carris. Este processo de municipalização da empresa de transporte público da capital (que Fernando Medina engendrou à revelia de qualquer outra força política com representação nos órgãos do município) parece não acautelar os interesses da CML, porque é duvidoso que exista uma estrutura, nomeadamente financeira, que conduza à prestação de um serviço aos utentes com rapidez, segurança e menor custo.

Convém perceber que os custos de exploração de uma empresa pública desta dimensão comporta um volume de verbas incomportável por qualquer município. Para além disso, o serviço de transportes prestado pela Carris vai além das fronteiras do município de Lisboa, pelo que não pode ser gerido tendo em conta apenas os interesses da capital, esquecendo todos aqueles que trabalhando, ou deslocando-se a Lisboa, têm fora do município o seu ponto de origem ou destino.

Nenhuma destas preocupações parece pesar em Fernando Medina. É mais do que evidente que o atual presidente da CML está em campanha e tudo fará para mascarar os problemas decorrentes da muita cosmética e das decisões “sensacionais” que anuncia e vai preconizando.

Até lá, o estaleiro permanente vai continuar. Decerto, algumas artérias irão ficar mais bonitas e passíveis de colorir ainda melhor as fotografias dos turistas. Mas a principal preocupação de um presidente de Câmara deveria ser com quem cá vive, com os milhares que entram na cidade para trabalhar e se debatem com obras intermináveis e (muitas delas) difíceis de justificar, evitando a tomada de decisões que comportam um aventureirismo que poderá ter custos acrescidos para os munícipes.